

A CAPACITAÇÃO E A MEDIAÇÃO COMO MEIO DE SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Keila Nazaré da Cunha; Priscila Cristina Vieira de Castro; Cássia da Piedade Laboissiere;
Carmem Lúcia Passos Mazzei de Carvalho;

*Universidade de la Empresa-UDE, keilafuji@yahoo.com.br
Universidade de la Empresa-UDE, pcvieiracastro@gmail.com
Universidade de la Empresa-UDE, kassialaboissiere@gmail.com
Universidade de la Empresa-UDE, carmemlpm@yahoo.com.br*

RESUMO

Nos últimos anos tem se falado muito sobre a importância de criar condições para que alunos com necessidades especiais frequentem uma escola regular. Sendo assim, este trabalho se justifica porque é necessário que uma atenção especial seja dada tanto em relação aos alunos que são incluídos no ensino convencional assim como para o professor que exercerá um papel crucial na adaptação e desenvolvimento do aluno com necessidades especiais. Este trabalho pretendeu verificar as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos de escolas inclusivas e discutir sobre a importância da capacitação e mediação de professores, enfocando os desafios da Educação Inclusiva. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas a profissionais da educação envolvidos com a educação inclusiva e por meio de revisão de literatura. Após a realização deste trabalho constatou-se que o melhor caminho é a mediação, capacitação constante, adequação curricular e agilidade na estruturação das escolas inclusivas para que o processo de inclusão atinja seu objetivo com sucesso. Dessa forma, o professor também se sentirá beneficiado com este processo e poderá exercer as funções, que a ele forem atribuídas, com dignidade.

Palavras-Chave: Capacitação. Desafios. Educação Inclusiva. Mediação.

ABSTRACT

In recent years much has been said about the importance of creating conditions for students with special needs to attend a regular school. Thus, this work is justified because it is necessary that special

attention to be given for both the students who are included in conventional teaching as well as to the teacher who will play a crucial role in the adaptation and development of the student with special needs. This paper aimed to verify the difficulties faced by teachers and students of inclusive schools and to discuss the importance of teacher training and mediation, focusing on the challenges of Inclusive Education. Data collection was done through interviews with education professionals involved with inclusive education and through literature review. After completing this work, it was verified that the best way is mediation, constant training, curricular adequacy and agility in the structuring of inclusive schools so that the inclusion process reaches its goal with success. In this way, the teacher will also feel benefited by this process and will be able to exercise the functions they are assigned for, with dignity.

Keywords: Training. Challenges. Inclusive Education. Mediation.

Introdução

Nos últimos anos tem se falado muito sobre a importância de criar condições para que alunos com necessidades especiais frequentem uma escola regular. Desta forma a meta do governo, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é proporcionar igualdade de condições, resultando no bem de todos independente de origem, raça, etnia, sexo, cor, idade, condição social ou de necessidades especiais. O Estatuto da Criança e do Adolescente também determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” BRASIL(1990).

A formação inicial e continuada de professores recentemente tem sido muito debatida na literatura educacional. Muitos autores têm defendido a pesquisa na formação inicial e continuada de professores como um processo de emancipação e construção própria de professores e alunos e também na articulação entre saberes e prática docente. André (2008).

Sendo assim, a aula oferecida pelos professores nas escolas e centros de formação profissional docente tem sido muito debatida pelo fato de observar-se que a didática utilizada por muitos professores não inclui a pesquisa como fonte de conhecimento dos alunos. Há ainda uma grande parte de profissionais que estão apegados à aula dita tradicional, onde o foco é a cópia. O professor copia do livro, o aluno (futuro professor) copia do professor e conseqüentemente quando atuar profissionalmente recomendará a cópia a seus alunos.

No entanto, há a necessidade urgente de discutir a formação continuada do professor considerando que para muitos a capacitação não possui importância suficiente para que faça

parte do cotidiano profissional destes docentes e conseqüentemente de sua formação.

Porém existe um grande problema ocorrendo na realidade escolar, pois os professores, em sua maioria, nunca tiveram experiência de trabalharem em salas de aula com cerca de 35 a 40 alunos e ainda conciliar com a atenção necessária ao aluno com deficiência.

Esta questão tem levantado muita polêmica. Os professores se manifestam dizendo que não possuem condições adequadas e em certos casos que não possuem preparação (qualificação) para enfrentarem este tipo de situação. Assim, declaram que o ensino fica prejudicado para ambas as partes, tanto para os com, como para os sem deficiência, porque para este caso é preciso disponibilidade de tempo e uma estrutura adequada para que se aplique a metodologia correta.

Assim, este trabalho, se justifica porque é necessário que uma atenção especial seja dada tanto em relação aos alunos que são incluídos no ensino convencional assim como para o professor que exercerá um papel crucial na adaptação e desenvolvimento do aluno especial. Este trabalho pretende verificar as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos de escolas inclusivas e discutir sobre a importância da capacitação e mediação de professores, enfocando os desafios da educação inclusiva. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas a profissionais da educação envolvidos com a educação inclusiva e por meio de revisão de literatura.

De onde vem a Educação Inclusiva

A educação especial no Brasil iniciou-se a partir de 1854, sendo a primeira instituição fundada por Dom Pedro II, a qual foi chamada de Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Em 1857, o professor Frances Hernest Huet fundou o Imperial Instituto Nacional para Surdos e em 1874 iniciou-se atendimento para pessoas com deficiência intelectual no Hospital Estadual de Salvador. Nesta época as instituições eram especializadas somente em um tipo de deficiência devido às limitações que enfrentavam.

A partir de 1920 houve um aumento e ampliação das instituições de educação especial. Assim, começaram a inserir nas redes públicas de ensino, os alunos com deficiência intelectual que, após análise, não atrapalhassem o desenvolvimento dos colegas. Na década de 1950 o Ministério da Educação e Cultura passou a promover Campanhas Nacionais de Educação de Deficientes e juntamente com as Secretarias Estaduais de Educação que começaram a oferecer os serviços de Educação Especial.

A década de 1960 foi muito importante para a Educação Especial, pois foi nesta época que surgiram Centros de Reabilitação que passaram a atender a todos os tipos de deficiências. Foi em 1990 que surgiu um grande movimento pela Educação Inclusiva, com o objetivo de inserir todos os alunos no sistema de ensino convencional. Isto reforçou o que já era defendido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais foi realizada do dia 7 a 10 de Junho de 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha. Foi nesta conferência que o Brasil, 25 Organizações internacionais e 88 governos reuniram em assembleia e criaram a Declaração de Salamanca (UNESCO 1994), que tem como objetivo orientar para que todas as crianças sejam acolhidas nas escolas.

A história da educação inclusiva foi permeada por uma série de preconceitos e enfrentou muitas dificuldades para conseguir defender os direitos de pessoas que não eram consideradas dignas do convívio nem mesmo com os próprios familiares. Segundo Correia (1999), na Idade Antiga, na Grécia, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram abandonadas ou mortas, na maioria das vezes era impedida de conviver com a sociedade. Na Idade Média, essas pessoas eram consideradas amaldiçoadas e tratadas como se tivessem problemas sobrenaturais, assim eram escondidas por suas próprias famílias.

Hoje se pode considerar que esta questão está muito perto de tornar-se uma conquista garantida e as pessoas com necessidades especiais estão superando todas as expectativas criadas em função da dificuldade enfrentada por elas, inclusive muitas delas se saem melhores que os alunos que supostamente não possuem nenhuma necessidade especial. Por outro lado existem alunos com deficiência que necessitam de uma estrutura adequada para que sua adaptação aconteça.

A estrutura escolar para acolhimento dos alunos com necessidades especiais

A escola inclusiva é um ambiente que precisa transmitir segurança, proporcionar tranquilidade e ter uma estrutura adequada para que o aluno inclusivo se sinta capaz de participar das atividades propostas em sala de aula, das aulas de educação física e do contexto escolar em geral. O trabalho do professor deve ser reelaborado, repensando a importância que o contexto escolar representa para o aluno. Segundo Gallardo (2004), “o professor de

educação física deve sempre garantir condições de segurança para o aluno com necessidades especiais, deve fazer adaptações, criar situações de modo a possibilitar a sua participação, sempre visando todas as possibilidades que favoreçam o princípio da inclusão”.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o professor “além do desenvolvimento motor deve favorecer o desenvolvimento da formação humana e da afetividade dos alunos, como responsabilidade, cooperação, respeito pelos outros, solidariedade, organização, criatividade, confiança em si mesmo”.(GALLARDO, 2004). Como expressa também a declaração de Salamanca, UNESCO (1994), as escolas precisam ter condições para que essas crianças sejam acolhidas e tenham a oportunidade de aprender junto com seus colegas, não importando a natureza de sua deficiência. Isto pode ser confirmado com o trecho abaixo:

Existe um consenso de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz bem - sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: O estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (UNESCO, 1994).

Com relação ao acesso às escolas, a Política Nacional de Educação Especial (Brasília, 1994) dispõe que “No âmbito geral das escolas de educação básica, o índice de acessibilidade dos prédios em 2006, é de apenas 12%” e “No que se refere ao ingresso em classes comuns do ensino regular, verifica-se um crescimento de 640%, passando de 43.923 alunos em 1998 para 325.316 em 2006...”. Estes dados demonstram que o processo de inclusão, em termos de quantidade, está se concretizando de forma satisfatória. No entanto, com relação à estrutura percebe-se que há um déficit muito grande, de forma que reforça uma das dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência.

Portanto, a ideia de inclusão ainda precisa amadurecer no ponto de vista dos professores e principalmente com relação à infraestrutura que está muito longe do que seria o ideal para que estes alunos se sintam verdadeiramente inclusos. Por isso, é preciso que esta situação seja resolvida de forma que não sobrecarregue o professor que já está lutando em prol de sua própria valorização e aos alunos que dependem da inclusão. Como já dizia Freire (1996, p.66)., que é um grande estudioso dedicado as causas da educação, “a luta em favor do respeito aos educadores e à educação inclui que a briga por salários menores não é

um dever irrecusável e não só um direito deles. A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética.”

Ainda de acordo com Paulo Freire, “o combate em favor da dignidade da prática docente é tão parte dela mesma quanto dela faz parte o respeito que o professor deve ter à identidade do educando, à sua pessoa, a seu direito de ser.” Assim, ele ainda sugere que esses profissionais podem ser desestimulados pelo poder público do nosso país, porque desde o início da formação da sociedade brasileira há um descaso com a educação pública (FREIRE, 1996, p.66).

Dessa forma, é necessário que uma atenção especial seja dada tanto em relação aos alunos que são incluídos no ensino convencional assim como para o professor que exercerá um papel crucial na adaptação e desenvolvimento do aluno com necessidades especiais.

O professor como mediador da Educação Inclusiva

Quando o aluno é encaminhado de uma escola especial para uma escola regular, geralmente a acolhida é feita pelos diretores ou seus representantes, assim após esta rápida acolhida o aluno é encaminhado para a sala de aula onde é novamente acolhido pelo professor (a) o qual, na maioria dos casos, não teve uma preparação adequada para recebê-lo e direcioná-lo.

Desta forma, dependendo da necessidade especial do aluno (por exemplo, cegueira), a professora precisa dedicar-se integralmente a pesquisar e tentar de alguma forma fazer com que este aluno consiga se comunicar com ela e depois disso fazer com que ele aprenda e acompanhe o desenvolvimento da turma. O professor muitas vezes tem apresentado dificuldade em desempenhar o trabalho pedagógico que favoreça a inclusão (CORREA, 2002).

Esta fase tem levantado muita polêmica, porque os professores já estão a muitos anos lutando pelo reconhecimento do seu trabalho e buscando sua valorização em busca de salários mais justos, no entanto, deparam com situações embaraçosas que acabam desestimulando o desempenho em sala de aula. Muitos deles não possuem interesse em se especializar na área da educação inclusiva porque poderão ser sobrecarregados com o aumento de alunos com necessidades especiais em suas salas.

Os alunos especiais precisam de professores dedicados e que amam o que fazem. Desta forma, pode ocorrer uma parceria onde trabalhar deixa de ser obrigação e passa a ser uma vocação. Mas para que isso ocorra é preciso que o professor esteja capacitado para trabalhar com a diversidade de deficiências que existem. Por isso o papel do professor pode ser definido de acordo com Saint-Laurent (1997), o profissional que tem mais proximidade e convívio com um aluno com necessidades especiais é o professor, o qual também tem como função fazer as adaptações de ensino possibilitando a interação para que ocorra socialização e ele ainda afirma que “seria bem mais fácil, uma ação conjunta com os outros profissionais que estão presentes na escola, o certo seria que todos pudessem trabalhar juntos”(SAINT-LAURENT, 1997).

A importância da capacitação de professores na educação inclusiva

Falar de pesquisa na formação continuada de professores é um assunto ainda mais complexo do que falar de pesquisa na formação inicial de professores, visto que somente o termo formação continuada já é motivo de discordância entre muitos profissionais docentes. Isso porque há uma grande resistência por parte de muitos profissionais que consideram a formação continuada de professores como desnecessária, visto que os estudos não trarão benefícios que compensem o esforço.

A transformação de uma escola regular em escola inclusiva é lenta e, até que se consiga atingir uma característica ideal, as escolas necessitarão de um bom desempenho do professor. A formação docente não pode restringir-se à participação em cursos eventuais, mas sim, precisa abranger necessariamente programas de capacitação, supervisão e avaliação que sejam realizados de forma integrada e permanente (SANT’ANA, 2005).

Para isso ele precisa se especializar e estar aberto a mudanças, permitindo assim que seu cotidiano seja mais agradável e sua interação com os alunos possa proporcioná-los o desenvolvimento de suas capacidades, facilitando a evolução do processo de inclusão. Lembrando que, incluir não é fazer com que todos os alunos se desenvolvam da mesma forma, porque cada um tem um potencial diferente e assim precisam ser avaliados dentro do seu potencial respeitando os diferentes limites existentes em sala de aula. Para que o professor possa melhorar sua qualidade de trabalho com os alunos com necessidades especiais e proporcionar-lhes um ambiente acolhedor, interativo e enriquecedor, é preciso que ocorra uma

(83) 3322.3222

desmistificação com relação a pessoas com deficiências e com a palavra dificuldade, assim quebrando as barreiras do preconceito.

Isso será o primeiro passo, pois a partir desse momento o professor que estava apegado à sua rotina, mergulhado em um mundo sem grandes descobertas e fechado para o novo, poderá abrir sua mente e coração permitindo que o sentimento humanitário e de alteridade possa ser despertado. Este “novo” professor estará aberto a mudanças e verá que o melhor caminho é a pesquisa e capacitação constante, o que será importante e marcante para a superação dos vários desafios que o envolve.

Demo (2005), alerta para o fato de educar pela pesquisa. A educação tem a capacidade de proporcionar mudanças na realidade social. Mas a cópia como diz Demo (2005), imbeciliza o aluno. Este fica isento de pensar, de construir conhecimentos próprios, de trabalhar a sua capacidade de expressar-se criticamente. Demo (2005) ainda ressalta que “a base da educação escolar é a pesquisa, não a aula”, o que ainda não é praticado por muitos professores.

Porém, abre-se uma grande ressalva, onde se espera que os responsáveis, na esfera do governo, reavaliem os salários dos professores, agilizem as adaptações necessárias e forneçam estrutura adequada, incluindo equipe de apoio e participação de forma integral de todos os funcionários da escola. Pois a inclusão não acontece somente dentro da sala de aula e sim em todo o espaço escolar. Assim o processo de inclusão poderá ser realizado de forma integral garantindo uma boa qualidade de trabalho para os professores e um atendimento adequado aos alunos. Esta ideia é afirmada por (SANT’ANA, 2005),

Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes deem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional. (SANT’ANA, 2005).

Quando o professor opta pela capacitação e se interessa pela mudança do paradigma de seu trabalho, ele se abre para a educação moderna, onde todos são seres humanos, cheios de medos, ansiedades e, principalmente, cheios de sonhos. Dessa forma o professor verá que seu trabalho pode ser mais leve e prazeroso do que ele pode imaginar, porque ele perceberá que a maioria das pessoas com necessidades especiais não medem esforços para superar os desafios que norteiam seus caminhos e talvez seja por isso que, quando decididos, se

sobressaem e conquistam seus ideais, seus sonhos e a capacidade de mostrar que suas limitações não os impediram de serem felizes.

Ouvindo profissionais da educação pública envolvidos com a Educação Inclusiva

Foram entrevistados três profissionais da educação pública, sendo uma professora de ensino fundamental com experiência em salas de recursos, uma pedagoga itinerante que atende a várias escolas, com atenção especial à inclusão e adaptação de alunos com necessidades especiais e uma orientadora educacional. Todos esses profissionais estão envolvidos com a educação inclusiva.

Após ouvir os entrevistados percebeu-se que os principais desafios enfrentados hoje na educação inclusiva são: falta de preparo dos professores para acolhimento e desenvolvimento de atividades que contemplem a inclusão de alunos com as mais diversas necessidades existentes; não adequação curricular; falta de capacitação dos professores para a educação inclusiva; não ocorre conscientização de forma adequada para a comunidade escolar saiba a importância da inclusão e ineficiência de infraestrutura para acessibilidade.

Segundo a Professora da Sala de Recursos “o aluno com necessidades educacionais especiais desenvolve suas aprendizagens com interações sociais”. E também que “a mediação das crianças com deficiência no meio é que dá significação real. A conscientização na escola sobre a importância da inclusão ainda não acontece de forma eficiente”. Ainda continuando com a fala da mesma professora “os encaminhamentos aos apoios especializado e atendimentos são deficitários”, “A estrutura física das escolas ainda deixam muito a desejar com relação à acessibilidade”, “existem poucos profissionais capacitados para LIBRAS e BRAILLE nas escolas inclusivas” e por fim ela cita que “os professores não conhecem metodologias e a didática adequada para trabalhar com alunos inclusos, com deficiência”.

A Pedagoga enfatizou que nas escolas ainda existem muitos problemas de acessibilidade para alunos com deficiência, faltam monitores para acompanhar no transporte escolar e na escola dentro e fora da sala de aula. Ainda disse, “temos um aluno com TGD que precisa de acompanhamento constante e não tem”, continuou afirmando “ano passado esse mesmo aluno não pôde frequentar as aulas por falta de monitor”.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br
www.cintedi.com.br

adequação curricular também é outro fator dificultoso, pois como muitos professores não têm formação em Educação Especial, essa adequação não acontece”.

Por fim, a Orientadora Educacional afirmou que “as políticas nacionais são avançadas, porém a prática não acompanha. A implementação e aplicabilidade se esbarram nas questões culturais em se tratando da implantação dentro de cada estado”. Também citou como problemas a falta de capacitação dos professores e a falta de adaptação dos espaços físicos das escolas.

Resultados e discussão

Ao verificar as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos de escolas inclusivas e a importância da capacitação e mediação de professores e os desafios da Educação Inclusiva, observou-se por meio da revisão de literatura que, a Educação especial no Brasil começou no século XIX, ou seja, já faz muito tempo que este assunto vem sendo debatido nos diversos setores educacionais. Foram criadas muitas leis e políticas públicas para que os alunos com necessidades especiais fossem atendidos adequadamente.

Percebeu-se também que a estrutura escolar precisa estar adequada às necessidades especiais de cada aluno em processo de inclusão, e que o professor exerce um papel muito importante de mediador do conhecimento e da socialização dos alunos com necessidades especiais. Além disso, ressaltou-se a relevância que a capacitação docente tem para a concretização da Educação inclusiva.

Tudo isso pode ser corroborado com as falas dos profissionais da educação que foram entrevistados, os quais falaram sobre seus anseios diante dos diversos desafios que ainda permeiam e dificultam o sucesso do processo de inclusão.

Considerações finais

Diante da grande importância que a inclusão exerce na educação, pode-se entender que é impossível que ocorram avanços e mudanças significativas em uma sociedade que não invista em capacitação, mediação, acessibilidade e adequações para atender as diferentes necessidades dos alunos a serem incluídos no sistema regular de ensino. Pois, mesmo com

(83) 3322.3222

muitas leis e políticas públicas para educação inclusiva, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados pelos professores, alunos e demais profissionais da educação. Percebe-se que ainda está muito distante a concretização de um atendimento adequado e satisfatório aos alunos com necessidades especiais.

Desta forma, os professores precisam se capacitar, participando de cursos de formação continuada, assim estarão atualizados e com certeza serão mais abertos a mudanças e poderão criar novas metodologias de ensino capazes de proporcionar conhecimentos significativos e atualizados. Isso poderá contribuir para que os alunos adquiram conhecimento de forma eficaz, assim possibilitando o desenvolvimento de cidadãos críticos e capazes de ir em busca de seus ideais.

Mas, para que isso aconteça será necessário um trabalho conjunto entre poder público, profissionais da educação, pais, alunos e toda a comunidade escolar, para que os estudantes inseridos pelo processo de inclusão possam avançar dentro de suas capacidades e recebendo todo apoio e recursos necessários para seu desenvolvimento intelectual e social.

Referências

ANDRÉ, Marli. Pesquisa, formação e prática docente. In: ANDRÉ, Marli (org.) O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 8ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil, DF: Senado, 1988. www.planalto.gov.br: Acessado em 25/04/2018.

BRASIL, MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994. portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf: Acessado em 25/04/2018.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.068 de 13 julho de 1990. www.planalto.gov.br: Acessado em 24/04/2018.

CORREA, R. Forma - ação de professores. GUIMARÃES, T. Educação inclusiva: construindo significados novos para a diversidade. Belo Horizonte, Lições de Minas, 2002.

DEMO, Pedro, 1941- Educar pela pesquisa/ Pedro Demo. – 7. ed. –Campinas, SP: Autores Associados, 2005. – (Coleção educação contemporânea).

FREIRE, Paulo, Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLARDO, J. Educação Física: contribuições à formação profissional. Ijuí, Unijuí, 2004.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. Rev. Bras. Educ. vol.13 no.37 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2008.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL [UNESP], Marília. v. 12, n. 2, p. 241-254, ago., 2006. www.inep.gov.br: Acessado em 28/04/2018

SAINT-LAURENT, L. A educação de alunos com necessidades especiais. A integração das pessoas com deficiência. São Paulo: Memnon, 1997.

SANT'ANA, Izabella M. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

UNESCO (Coord.). Declaração mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades de aprendizagem, 1990, Jomtien. Nova Iorque: WCEFA, 1990.: unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf: Acessado em 26/04/2018.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linhas de Ação Sobre Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: CORDE, 1994. portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf: Acessado em 12/04/2018.